



ATA Nº 001/2024

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de janeiro de 2024, às 14h, realizou-se assembleia extraordinária on-line da Associação dos Municípios do Vale do Taquari (AMVAT), sob a coordenação do presidente Jarbas da Rosa, prefeito de Venâncio Aires. Os principais assuntos em pauta foram a não homologação, pelo Estado, dos Decretos de Situação de Emergência dos municípios atingidos pela cheia de novembro/2023 e a demora no restabelecimento de energia nos municípios, pela RGE, em decorrência do temporal que atingiu a região em janeiro deste ano. Participaram os prefeitos ou seus representantes dos municípios de Venâncio Aires, Estrela, Arroio do Meio, Teutônia, Bom Retiro do Sul, Fazenda Vilanova, Imigrante, Boqueirão do Leão, Progresso e Poço das Antas, além da imprensa regional e do assessor jurídico da AMVAT, Rodolfo Agostini. Inicialmente o presidente Jarbas da Rosa relatou sua participação em assembleia dos presidentes das associações regionais na Famurs. Um dos assuntos foi a demora na homologação dos decretos de situação de emergência relativos à cheia de novembro do ano passado. Foi acertado que será feito um levantamento na região para que seja encaminhado à Famurs, que vai discutir esta questão com o Governo. A respeito do temporal, o presidente informou que a AMVAT já solicitou providências diretamente à RGE, como o reforço das equipes, tendo em vista que há locais sem energia há pelo menos cinco dias, e no domingo, dia 21, encaminhou notificação extrajudicial à ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) pela qual solicita que seja avaliada “a péssima situação do Vale do Taquari, em especial a falta de estrutura de servidores para restabelecerem o serviço dentro de prazo razoável”, e tomadas todas as medidas cabíveis por parte da agência reguladora no sentido de notificar a RGE para restabelecer a energia em toda a região, sob pena de multa. Conforme Jarbas da Rosa, na quarta-feira (24.01) haverá uma reunião entre Governo do Estado e concessionárias, mas ele não soube informar se as associações serão convidadas. “Em Santa Cruz do Sul houve uma reunião no último sábado e a previsão é de que o serviço seja restabelecido totalmente em até dez dias. Isto é inadmissível”, reclamou o presidente, lembrando que as cobranças recaem sempre sobre os prefeitos. Na continuidade a palavra foi colocada à disposição dos demais participantes, oportunidade em que o prefeito de Bom Retiro do Sul, Edmilson Busatto, comentou que seu município perdeu prazo para receber recurso da Defesa Civil Estadual, havendo mais 11 municípios nesta situação no RS, o que está buscando reverter. A informação extraoficial, observou o presidente, é de que não haveria rubrica para fazer



o pagamento. A prefeita em exercício de Colinas, Regina Sulzbach, relatou que no seu município ainda há problemas no abastecimento de energia, já tendo inclusive notificado a RGE. A informação, segundo ela, é de que até o dia 23 a situação seria normalizada. “O que falta é um plano de contingência por parte da RGE, pois os postes simplesmente deitaram. A situação é crítica”, afirmou Regina. O presidente comentou que uma proposta seria a AMVAT solicitar a abertura de um Inquérito Civil ao Ministério Público. O assessor jurídico Rodolfo Agostini explicou que é um processo mais amplo e que a associação poderia ser mais assertiva com esta medida, a qual seria solicitada ao Procurador-Geral do Ministério Público, em Porto Alegre. O prefeito de Teutônia, Celso Forneck, informou que o decreto de novembro não foi homologado e que agora, em razão do temporal, foi emitido novo decreto. Sobre o abastecimento de energia disse que uma pequena parcela do município é abastecida pela RGE e já foi normalizado. A maior parte tem os serviços da Certel, que imediatamente resolveu a situação, o mesmo que ocorreu em Progresso, conforme relato do prefeito Paulo Schmitt. Forneck observou que é preciso, assim como havia colocado o prefeito de Bom Retiro do Sul, olhar de forma diferente para as árvores que ameaçam as redes de energia, que foi a maior causa dos problemas verificados com o temporal. Disse que apoia o ingresso na Justiça por parte da AMVAT em relação à RGE. A prefeita em exercício de Arroio do Meio, Adriana Lermen, comentou que ainda há algumas situações a serem resolvidas na cidade quanto à falta de energia. Observou que ainda há estradas obstruídas por postes caídos nas vidas, mas que a prefeitura não pode fazer nada. Acredita que, com pedidos de providência via judicial por parte de alguns municípios, a RGE está dando prioridade a estes em detrimento dos demais. “Aqui os produtores rurais estão utilizando gerados, por isto a situação não está pior”, ressaltou, manifestando-se também favorável ao encaminhamento de um pedido de abertura de inquérito por parte do MP. Conforme Adriana, o inquérito deve abranger não somente a situação vivenciada agora, mas planos de trabalho e de contingência da RGE, pois desde 2022 há relatos de problemas relacionados a esta concessionária. Para ela, os prefeitos estão respondendo à população pela concessionária, o que não é correto, sendo necessário que recebam informações concretas, de maneira detalhada, sobre as ações da empresa. “Temos este direito”, enfatizou. Após as manifestações o presidente Jarbas da Rosa consultou a todos se apoiavam ou não o pedido da AMVAT ao Ministério Público, para a instauração de um inquérito civil, o que foi aprovado por



todos os presentes. O documento será elaborado pela Assessoria Jurídica e encaminhado ao MP. Desta forma, sendo estes os principais assuntos em pauta, o presidente Jarbas da Rosa agradeceu a participação de todos e encerrou a assembleia. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que vai devidamente assinada.

PREFEITO JARBAS DA ROSA
Presidente da AMVAT